



**PARECER PRÉVIO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE - AM nº 11317/2017.**

**Apensos:** Processo nº 13906/2016.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Autazes

**4- Exercício:** 2016

**5- Responsável:** José Thomé Filho (Prefeito Municipal)

**6- Advogado:** Não Possui

**7- Unidade Técnica:** DICOP

**8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1663/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.

**9- Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2016.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

**10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de **2016** do Senhor **José Thomé Filho, Prefeito do Município de Autazes** e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na Fundamentação do Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997, recomendando ao Poder Legislativo do Município de Autazes.

**11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020





**ACÓRDÃO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11317/2017.**  
**Apensos:** Processo nº 13906/2016.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Autazes
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** José Thomé Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1663/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Autazes. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Município de Autazes**, referente ao exercício de **2016**, de responsabilidade do Senhor **José Thomé Filho**, Prefeito do Município de Autazes e Ordenador de Despesas, à época, em razão das impropriedades em razão das impropriedades sobreditas e não sanadas na instrução, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Senhor **José Thomé Filho**, Prefeito do Município de Autazes e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, incisos II e III da Lei Orgânica do TCE/AM nº 2.423/1996 c/c o artigo 308, VI da Resolução TCE/AM nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na Fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso



**ACÓRDÃO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.3. Considerar em Alcance** o Senhor **José Thomé Filho**, Prefeito do Município de Autazes e Ordenador de Despesas, à época, no montante de **R\$ 411.432,82** (quatrocentos e onze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e oitenta e dois centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados no Relatório Conclusivo nº. 42/2020 – DICAMI, que devem ser recolhidos na esfera Municipal, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE) para o órgão Prefeitura Municipal de Autazes por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.4. Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público Estadual**, para que sejam adotadas as medidas cabíveis, nos termos do artigo 129, da CR/1988, c/c os artigos 114, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-RITCE.
- 10.5. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a reincidência do cometimento das impropriedades relatadas na Fundamentação do Voto, em futuras prestações de contas, quais sejam:
- 10.5.1.** Ausência do inventário do estoque de materiais existentes, no final do exercício, devendo o controle de entrada e saída dos mesmos estar disponível para fiscalização, em desacordo com o item XXVII da Resolução nº. 27/2013.



**ACÓRDÃO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 10.5.2.** Ausência da relação de inscrição em restos a pagar de recurso do FUNDEB, por exercício, contendo, as seguintes informações: nº e data de emissão da Nota de Empenho, credor com CNPJ ou CPF, fonte de recursos, natureza da despesa, processados, não processados e saldo, em desacordo com a letra “j”, do item XLVII da Resolução nº. 27/2013.
- Ausência de repasse de Contribuição Previdenciária no exercício de 2016, fato que contraria o art. 40 da CF/88 que versa acerca do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como impossibilita os servidores vinculados aos órgãos exercerem o seu direito constitucional de aposentar-se.
- 10.5.3.** Fracionamento na contratação de “Aquisição de Gêneros Alimentícios”, todos realizados na modalidade convite.
- 10.5.4.** Fracionamento na contratação de “Aquisição de Materiais de Construção”, todos realizados na modalidade convite.
- 10.5.5.** Fracionamento na contratação de “Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes”, todos realizados na modalidade convite.
- 10.5.6.** Não aplicação do percentual mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, conforme estabelecido no art. 22, caput, da LEI N.º 11.494/07.
- 10.5.7.** Justificar e demonstrar o detalhamento da conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” no balanço patrimonial, em detrimento do princípio da especificação.
- 10.5.8.** Justificar e detalhar a conta “Demais Bens Móveis”, em detrimento ao princípio da especificação.
- 10.5.9.** Ausência dos “saldos consolidados do exercício anterior” em todas as demonstrações contábeis, exceto Balanço Patrimonial 2016, em detrimento das características qualitativas de comparabilidade e fidedignidade da informação contábil, exigidos pelo MCPSP, 7ª Edição, página 26.
- 10.5.10.** Justificar a prorrogação do contrato de serviço de consultoria e assessoria do Sistema de Execução Orçamentária – DPA.
- 10.5.11.** Justificar a prorrogação do contrato de serviço advocatícios, sem apresentação de parecer da área técnica autorizado pela autoridade competente, bem como da ausência de pesquisa da vantajosidade dos preços contratados, em detrimento dos artigos 3º e 57 da Lei 8.666/1993.
- 10.5.12.** Justificar a ausência da comprovação documental de deslocamento nos processos de diárias.
- 10.5.13.** Justificar as Notas de Liquidação e Notas Fiscais sem assinatura ou ateste.
- 10.5.14.** Ausência de envio de remessas ao Sistema GEFIS referente aos três últimos bimestres de 2016 do RREO, em descumprimento ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução TCE n.º 24/13.
- 10.5.15.** Ausência de informes no Sistema GEFIS sobre a publicação referente aos três últimos bimestres do Relatório Resumido da Execução Orçamentária,





**ACÓRDÃO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC 101/00.

- 10.5.16.** Desatualização do Portal da Transparência em consultas realizadas em 20/02/17 em descumprimento aos arts. 48, 52, 55, § 2º, da Lei Complementar 101/00, ao não disponibilizar os instrumentos de transparência da gestão fiscal.
- 10.5.17.** Ausência de envio de remessas ao Sistema GEFIS referente ao segundo semestre de 2016 do Relatório de Gestão Fiscal, em descumprimento ao prazo de 60 dias estabelecido no art. 32, II, alínea h, da Lei 2423/96 c/c Resolução 24/13.
- 10.5.18.** Índice alcançado de Despesa Total com Pessoal no 1º semestre de 2016 que ofende o art. 20, III, “a” da LC n.º 101/00.
- 10.5.19.** Ausência de informes no sistema GEFIS sobre a publicação referente ao segundo semestre de 2016 do Relatório de Gestão Fiscal - RGF, em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, § 2º, da LC n.º 101/00.
- 10.5.20.** Ausência de informação no sistema GEFIS referente aos valores das Metas e dos Resultados primários dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016.
- 10.5.21.** Ausência de informação no portal da transparência do município, e no diário oficial, referente às LDOS do ano de 2014, 2015, 2016 e 2017, descumprindo o art. 165 da CF.
- 10.5.22.** Ausência de método de previsão de receita mais preciso ofendendo, a princípio, o art. 12, caput da LC n.º 101/00.
- 10.5.23.** Ausência de dados no portal da transparência referente ao balanço orçamentário do 6º semestre de 2015 e 2016.
- 10.5.24.** Não cumprimento ao disposto nos artigos 2º, 3º, 4º e Anexo I da Resolução 27/12 TCE. Aplicação de multa nos termos do inciso II do art. 54 da Lei Estadual nº 2423, de 10 de dezembro de 1996 - LOTCE-AM, c/c o art. 308, inciso IV, alínea “b”, da Resolução n. 04, de 23 de maio de 2002 – RITCE-AM.
- 10.5.25.** Despesas empenhadas, liquidadas e pagas referentes às Cartas-Convites para Aquisição de Material de Construção. Pagamentos realizados sem comprovação de entrada/saída patrimoniais desses materiais no município e aplicação/destinação.
- 10.5.26.** Fracionamento de despesas de um mesmo objeto e a consequente fuga da modalidade de procedimento licitatório, no caso, uma Tomada de Preços, nos Convites discriminados na tabela abaixo (art. 23, II, b c/c com o seu § 5º, e art. 90 da Lei nº 8.666/93).
- 10.5.27.** Documentos comprobatórios de despesas (artigo 63, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.320/1964). Locais onde foram aplicados os materiais especificados no item 2.1.3 (Art. 2º, § 2º da Resolução 27/12 TCE).
- 10.5.28.** Documento com o controle sistemático, pelo setor de almoxarifado ou outro equivalente, dos materiais adquiridos para a obra ou serviço de engenharia, caracterizando adequadamente o material e indicando a sua



**ACÓRDÃO Nº 15/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 15/2020 – TCE – Tribunal Pleno)**

data de entrada e saída, bem como as quantidades, procedência e destinação final (arts. 70 e 74 da Constituição Federal e Art. 2º, § 3º da Resolução 27/12 TCE).

- 10.6. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.
- 11- Ata:** 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 27 de Maio de 2020
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral